

Labirintos da memória: reflexões sobre o projeto de criação do Memorial da Anistia e Direitos Humanos no prédio do antigo Dops

Andrea Falcão¹

-
- 1 Doutora em Ciências Sociais pela UERJ, com mestrado em Memória Social pela UNIRIO. Foi Gerente de Museus da Prefeitura do Rio de Janeiro, parecerista do Corpo de Avaliadores do Patrimônio Imaterial da UNESCO, além de atuar como consultora de diversos projetos no campo dos museus e do patrimônio cultural. Atualmente é professora e Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias do Instituto Federal do Rio de Janeiro / IFRJ. Foi Gerente de Museus da Prefeitura do Rio de Janeiro, trabalhou no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, no Museu Casa do Pontal, foi parecerista

A proposta deste texto é refletir, numa perspectiva antropológica, sobre os desafios encontrados, durante o trabalho de consultoria² realizado para a Comissão de Anistia³ do Ministério da Justiça na identificação de acervos e coleções para dar subsídios para o desenvolvimento do projeto de criação do Memorial da Anistia e Direitos Humanos, unidade museológica concebida para ser instalada no prédio onde funcionou a antiga Polícia Central e o Dops no Rio de Janeiro. Produzidos inicialmente para dar suporte às ações e práticas policiais de controle social e repressão política, reservados para uso corporativo, longe do público e de difícil acesso, os documentos produzidos, bem como o prédio onde funcionaram os diversos serviços e unidades das Polícias Políticas, revelaram-se *locus* privilegiado para a pesquisa etnográfica. Tendo permanecido invisíveis, por mais de meio século, esses “documentos”, além de importantes artefatos históricos, encontram-se, hoje, no centro de complexos processos de representação e disputa. Compreender estes “documentos” como artefatos cultural e socialmente constituídos, e investigar

2 Consultoria estabelecida no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Prodoc BRA/08/021 - Cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional do Brasil, financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e apoio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores. O projeto visava dar subsídios para elaboração e execução das ações da Comissão de Anistia através do intercâmbio de experiências institucionais nas áreas de educação, ciência e cultura. Um dos objetivos específicos do Projeto foi desenvolver e implementar estratégias de mobilização que permitissem articular as ações da Comissão com iniciativas da sociedade civil, bem como com órgãos estatais e agências nacionais e estrangeiras, para a proposição de ferramentas e insumos capazes de promover a universalização de informações sobre Justiça de Transição e políticas de Direitos Humanos no Brasil e no exterior.

3 A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça foi criada em 13 de novembro de 2002, pela Lei nº 10.559, com a missão de aprofundar o processo democrático brasileiro a partir das diretrizes da Justiça de Transição - direito à reparação, à memória e à verdade.

os diversos usos dados a eles, nos permite perceber dimensões dos processos de construção da nação, nem sempre evidentes quando estudamos as políticas patrimoniais que geraram os museus nacionais.

Este texto é, também, uma tentativa de rever os materiais que apresentei nas três edições do GT Coleções, Colecionadores e Práticas de Representação⁴ e juntar os principais tópicos discutidos nestes encontros articulando suas reflexões numa perspectiva mais ampla. Encontram-se aqui reunidos dados das seguintes comunicações: *Coleção de invisíveis* - 31ª RBA, 2016; *Labirintos da memória* - Grupo de Pesquisa LAARES, 2016; *Peça de museu, ou: quando documentos viram objetos* - Anpocs, 2017, e *Práticas de representação - o outro lado da Nação* - Anpocs, 2018.

Na primeira comunicação, feita em 2016, refleti sobre os desafios encontrados na identificação de acervos e coleções para compor o projeto técnico de consultoria, tendo como elemento

4 Agradeço aos professores Edmundo Pereira e Manuel Ferreira Lima Filho pela oportunidade de participar das três edições do GT Coleções, colecionadores e práticas de representação, organizado nas reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), edições 2018 e 2017 e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), edição 2016. GT que se constituiu em espaço privilegiado de trocas e reflexão qualificadas. Não poderia deixar de agradecer, também, à Renata Montechiare e ao professor José Reginaldo Gonçalves pelo convite para apresentar parte deste trabalho no encontro do Grupo de Pesquisa LAARES/PPGAS/IFCS/IFRJ, e a este último por sua generosidade em ter me recebido sempre como aluna em seus cursos sobre memória e patrimônio ao longo de minha formação acadêmica. Agradeço ainda aos professores Antônio Carlos de Souza Lima e Adriana Viana, do Museu Nacional, pela acolhida no curso Antropologia dos processos de formação do Estado, em 2016, que me permitiu aprofundar tópicos específicos das estruturas e práticas dos órgãos de Estado e das políticas institucionais, e ao professor Edmundo Pereira, pela possibilidade de participar das três edições do curso Coleções, Colecionadores e Práticas de Representação, todos eles fundamentais para meu amadurecimento intelectual e profissional, além de decisivos para o aprofundamento de reflexões sobre temas tão importantes para a disciplina.

central o prédio e seu conjunto arquitetônico. Vele ressaltar que estas discussões se deram em paralelo à sistematização do trabalho de consultoria e ajudaram a direcionar suas investigações. A segunda comunicação permitiu rever alguns pontos da apresentação anterior, incorporando as referências encontradas na pesquisa sobre o prédio nos arquivos do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), na Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e no Arquivo Nacional (AN), bem como o material obtido nas visitas técnicas ao prédio. Esta última apresentação, feita logo após a conclusão do relatório final da consultoria, permitiu articular aspectos teóricos e conceituais que, por sua natureza, não puderam ser inseridas no relatório, uma vez que se tratava de um trabalho técnico e não uma pesquisa acadêmica. Na terceira comunicação me debrucei sobre um conjunto de questões específicas decorrentes do processo de consultoria, em especial, aquelas que encontrei ao lidar com o grande conjunto documental produzido pelas Polícias Políticas como elemento central do projeto expositivo. Tais questões diziam respeito à materialidade dos suportes, das tecnologias de registro, das práticas e estratégias de produção e uso destes documentos, ou seja, dos desafios da pesquisa etnográfica em arquivos e acervos e do uso de fontes documentais, especialmente aquelas produzidas em regimes de exceção. Por fim, a quarta comunicação me deu condições de refletir sobre o ciclo de produção, guarda e uso dos acervos das Polícias Políticas, em especial do conjunto formado pelos dossiês de ex-presos e desaparecidos políticos. Tomando estes

documentos como artefatos cultural e socialmente constituídos, pude investigar os diversos usos dados a eles: dos usos originais feitos pelos órgãos de Polícia Política à sua centralidade como prova nos processos de reparação política, iniciados em meados dos anos 1990, vislumbrando outras dimensões dos processos de construção da nação.

Acho importante destacar ainda que, na escrita deste texto, optei em manter parte do caráter informal que marcou as apresentações orais, uma vez que, nessas ocasiões, o objetivo central era discutir os problemas e desafios encontrados durante a pesquisa – relacionados à natureza do trabalho de consultoria e aos problemas colocados pelo campo – para debate com os colegas e qualificação da abordagem adotada, além de colocar em perspectiva uma série de reflexões decorrentes de minha atuação profissional no campo dos museus, da memória e do patrimônio cultural. Assim, falar de uma pesquisa que se deu no meio de um trabalho de consultoria, antes de ser um estudo de caso, é um caso para estudo, ou seja, é bom para pensar.

Histórico da proposta

O projeto de consultoria foi realizado em decorrência de recomendação feita pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, expressa em seu relatório final, e fruto de demandas históricas de diversos grupos, indivíduos e instituições da sociedade civil organizadas entorno da Campanha Ocupa Dops. Estes agentes, em colaboração com a Superintendência de Museus e

outras unidades da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, solicitaram apoio à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça para o desenvolvimento de um projeto que subsidiasse o pedido de transformação do antigo prédio do Dops-RJ em espaço de memória e promoção da cultura de respeito e valorização dos direitos humanos, em sintonia com os princípios da Justiça de Transição (Abrão; Torelly, 2011). Observamos que se tratou de iniciativa eminentemente coletiva, desencadeada por agentes e instituições tanto da sociedade civil como do poder público, constituída por grupos, entidades e militantes de direitos humanos, além de representantes de outros movimentos sociais e culturais de grande relevância do ponto de vista histórico e social. Vale destacar ainda a amplitude da base de apoio ao projeto, na época, envolvendo instituições importantes no âmbito local, nacional e internacional.

Como o observa Pradal (2015, p. X):

Durante os anos após o fim da ditadura militar no Brasil, associações de ex-presos e perseguidos políticos e familiares de mortos e desaparecidos, como o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e, posteriormente, também o Fórum de Reparação e Memória, a Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas (ANAPAP), a União de Mobilização Nacional pela Anistia (UMNA), e o Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, vem lutando pelo acesso à documentação, pela reparação material e simbólica e, mais recentemente, pela possibilidade de ressignificação do lugar conhecido como o “prédio do DOPS”.

Após uma série de iniciativas dispersas ao longo da década de 1990,⁵ iniciou-se, em 2000, grande mobilização com apoio da imprensa para que o prédio fosse destinado ao Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro - Aperj, que carecia de sede própria e espaço para ampliar sua capacidade de trabalho e atendimento ao público. Superadas as resistências iniciais, a cessão do prédio para o Aperj ocorreu no início de 2002. O projeto foi acolhido pela Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e desenvolvido durante a gestão de Jessie Jane Vieira Souza. No entanto, após uma série de questões internas e pressão de parte das equipes da Polícia Civil, o projeto foi interrompido e o prédio voltou à sua administração. Porém, como aponta Pradal (2015), as demandas dos movimentos de ex-presos e perseguidos políticos, familiares de mortos e desaparecidos não cessaram desde então.

No ato de posse da CEV-Rio, em maio de 2013, o então governador Sérgio Cabral fez uma promessa pública de transformar o prédio em um memorial sobre a ditadura, o que gerou a criação do Grupo de Trabalho DOPS (GT DOPS), coordenado pela CEV-Rio e com participação de ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos e pesquisadores. O GT DOPS produziu um plano de uso do edifício para o futuro centro de memória e encaminhou-o ao então governador. Além disso, durante seu funcionamento, a CEV-Rio realizou algumas diligências no edifício, com o reconhecimento do espaço por ex-pre-

5 Neste sentido, o depoimento de Tício Lins e Silva complementa estas informações, quando aponta os diversos esforços feitos no período em que esteve à frente da Secretaria de Estado de Justiça do Rio de Janeiro. Entrevista realizada em 19 de maio de 2016.

políticos e com o suporte técnico do Arquivo Nacional e do APERJ. [...]

Como mais um passo na reivindicação por um centro de memória, em 13 de dezembro de 2013, foi lançada a Campanha Ocupa DOPS, que reúne movimentos de ex-presos e perseguidos políticos, familiares de mortos e desaparecidos, instituições de direitos humanos, coletivos de artistas e ativistas. Ao longo desses dois anos, uma série de atividades políticas e culturais foram organizadas ao lado de fora do prédio para promover a memória da resistência e das lutas sociais contra a violência de estado no passado e no presente. Apesar da intensa mobilização e do apoio de entidades estaduais, nacionais e internacionais, as reivindicações ainda não foram atendidas pelo governo do Estado do Rio de Janeiro. (Pradal, 2015, p. XII).

A consultoria teve início em final de janeiro de 2016, e, após 9 meses⁶ intensos e de muitas atividades, foi encerrada com a validação de todos os seus produtos pelos membros do grupo de trabalho. Seu escopo previa a elaboração de metodologia de trabalho, identificação das fontes de pesquisa, levantamento e sistematização do material já produzido sobre a história do prédio onde funcionou o antigo Dops no Rio de Janeiro, ressaltando os principais espaços simbólicos do edifício que pudessem servir de testemunho dos acontecimentos que ali ocorreram e mapeamento dos principais acervos existentes, com vistas à elaboração

6 Importante destacar que o trabalho de consultoria, realizado entre janeiro e dezembro de 2016, se deu em um contexto social e político bastante adverso, no Brasil, que resultou no processo de impeachment da Presidenta Dilma Roussef e na escalada repressiva aos movimentos sociais que se sucederam desde então, apontando o desmonte das políticas de direitos sociais e de consolidação das diretrizes da Justiça de Transição

de uma proposta museológica para subsidiar a criação, no local, de um espaço de memória voltado para os Direitos Humanos.

Metodologia do trabalho

A consultoria foi realizada com apoio dos membros do grupo da Campanha Ocupa Dops, inicialmente através do mapeamento do que já havia sido feito e produzido por eles, em seguida identificando, em seus documentos e nas ações realizadas, o que poderia ser aproveitado para consolidação do projeto. Vale destacar que todo o processo se deu de forma colaborativa e participativa.

Em termos práticos, foram realizados diversos tipos de encontros: reuniões do Grupo de Trabalho; oficinas; entrevistas e conversas com membros da equipe e com agentes importantes no processo; reuniões com agentes dos principais órgãos e instituições relacionados ao tema; reuniões para sistematização de informações. O trabalho de pesquisa e levantamento de dados também foi feito de forma colaborativa. Se, num primeiro momento, as principais fontes de pesquisa foram os materiais reunidos e produzidos pelos membros do GT, foi necessário, posteriormente, ampliar as fontes de referência para aprofundamento dos diversos temas e questões centrais do projeto. Assim, além das atividades descritas anteriormente, foram realizadas pesquisas na base de dados do Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional; na base de dados e acervos da Biblioteca Nacional - BN; na base de dados e no acervo do Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro - Aperj; nos arquivos do Instituto

Estadual do Patrimônio Cultural - Inepac; nos arquivos da Superintendência de Patrimônio da União - SPU; no acervo da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio); na base de dados e arquivos da Comissão de Anistia, além de pesquisas temáticas sobre Direitos Humanos, Educação em Direitos Humanos, Justiça de Transição, Direito à Memória, Memória e História, Arquivos, Documentos, Polícias Políticas, Violência do Estado, Ditadura Militar, História do Brasil, Museus.

Depois de analisar parte da documentação reunida pela CEV-Rio e os arquivos disponibilizados por membros do Movimento Ocupa Dops, sistematizando informações sobre o imóvel obtidas em conversas com os técnicos do Inepac, entendemos que seria importante ampliar o escopo da pesquisa e investigar mais a fundo a situação legal e cadastral do imóvel situado na Rua da Relação. Nesse sentido, desenvolvemos pesquisas nos arquivos do escritório regional da Superintendência de Patrimônio da União – SPU,⁷ no Rio de Janeiro, no Inepac, na Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro e nos acervos da Biblioteca Nacional.

7 Documentos encontrados: Decreto nº 6623 de 4 de julho de 1877 que declara de utilidade pública os terrenos da Rua dos Inválidos com Rua da Relação; Planta dos terrenos ocupados pelos ateliers Bernardelli e Henrique Bahiana datada de 1877; Documento de 22 de julho de 1891 que trata da aquisição do terreno da Rua dos Inválidos 69 para instalação da Inspeção da Instrução pública, Escola Modelo e Pedagógica; Ofício do Ministério da Justiça e Negócios Interiores seguido de planta com indicações para construção de Depósito Público; Planta do palácio da Chefatura de Polícia de 1922; Planta do prédio da Polícia Central (planta sem data que mostra as unidades que funcionavam dentro do prédio e em seu entorno); Planta do local para a construção do edifício da Chefatura de Polícia mostrando a rua projetada e os edifícios a serem desapropriados (Planta sem data que mostra o prédio e seu posicionamento na malha urbana do entorno); Planta do terreno onde se acham construídos os prédios de nº 38 e 40 da Rua da Relação, escala 1/100; Cópia das páginas do livro onde foi lavrado o Termo de Transferência do prédio em 19 de julho de 1965.

Estes documentos em conjunto nos ajudaram a recuperar parte da trajetória de ocupação dos lotes da Rua dos Inválidos e da Rua da Relação, apontando para outros usos do local antes que ali fosse construído o prédio da antiga Polícia Central. Evidenciou-se, com isso, um panorama mais complexo que nos permitiu, ao mesmo tempo, observar a gênese de projetos e propostas para criação de instituições públicas no final do período Imperial e início da República, bem como a dinâmica dos processos de sua institucionalização no Brasil. Trata-se, portanto, de material histórico de extrema relevância, que nos ajudou a compreender parte da história do prédio entrelaçando-a à história da ocupação da cidade e estruturação do aparelho burocrático do Estado brasileiro na transição do século XIX para o século XX.

Em pesquisa adicional realizada no dispositivo de busca da Hemeroteca Digital Brasileira, onde encontram-se disponíveis para consulta os periódicos arquivados na Biblioteca Nacional, localizamos muitos documentos, matérias e fotos que nos permitiram complementar a história já mapeada do prédio e dos terrenos circunvizinhos e, em paralelo, compreender melhor alguns processos e a dimensão social destes empreendimentos.

Somando-se ao material produzido e disponibilizado pelos integrantes do GT, foram analisados ainda dois relatórios elaborados pela equipe da CEV-Rio por ocasião das diligências realizadas no edifício do antigo Dops/RJ, em 15 de julho de 2013 e em 24 e 27 de novembro de 2014, com o objetivo de verificar o estado de conservação do prédio e identificar seus espaços.

Realizamos, ainda, um conjunto de ações complementares, tais como: visita ao prédio acompanhando vistoria da equipe do Inepac; visitas técnicas e entrevistas com os responsáveis pela idealização dos projetos do Memorial da Resistência, do Memorial da Luta pela Justiça e do Memorial das Ligas Camponesas; além da participação em eventos na área da Justiça de Transição e nos encontros regulares do Movimento Ocupa Dops.

No processo de pesquisa, foram localizados diversos documentos que ajudaram na identificação das unidades que funcionaram no prédio e na compreensão dos sentidos simbólicos a ele atribuídos. Foram produzidos, ao todo, quatro relatórios parciais e um documento final dividido em três partes principais. Na primeira, voltada para a definição do perfil institucional, apresentamos diagnóstico sobre aspectos históricos – antecedentes da proposta e das reivindicações de uso do prédio, história do imóvel e das instituições que ali funcionaram, qualidade e natureza dos acervos existentes – e aspectos da situação atual do imóvel e do processo de afetação do prédio. Além disso, fizemos algumas considerações sobre a metodologia utilizada para elaboração do diagnóstico circunstanciado e observações sobre os modelos de gestão possíveis de serem adotados pelo futuro Memorial. A segunda parte apresentou as diretrizes gerais que deveriam ser seguidas na elaboração posterior dos programas de trabalho, com sugestões para desdobramentos em subprogramas e linhas de ação, conforme o caso, de modo a ajudar no processo de estruturação institucional do futuro Memorial. Na terceira parte, apresentamos, além das referências utilizadas na elaboração do

referido documento, lista de fontes de consulta a serem exploradas nos desdobramentos do projeto e um conjunto de anexos formado por plantas, textos e fotos, obtidos pela consultoria, que poderiam servir de subsídio para o desenvolvimento de ações futuras. Ao final, a título de conclusão, o documento indicava as principais atividades a serem empreendidas no sentido de viabilizar a implementação do projeto.

Primeiras questões

A realização do projeto de consultoria deu-me a oportunidade de pesquisar materiais, práticas e processos que colocaram questões bastante diferentes daquelas com as quais estava acostumada a trabalhar até então. Através da pesquisa *com* e *sobre* documentos, vi-me desafiada a compreender os meandros de sua produção e circulação, o papel que desempenharam na complexa teia do sistema policial e repressivo em nosso país, a dinâmica destes instrumentos e sua relação com os movimentos sociais e lutas políticas, além de investigar suas diversas funções, as práticas de representação que ensejam e o uso que tiveram, ao longo do tempo.

Nesse sentido, deparei-me com questões importantes para nossa área de estudo, a antropologia, e pude refletir sobre sistemas e categorias de classificação, rotinas de produção e reprodução cultural, processos e práticas institucionais. Numa perspectiva mais ampla, estas questões apontaram para temas mais complexos, como as políticas de memória e esquecimento e os processos de formação do Estado Nacional.

Muitos foram os desafios encontrados durante a elaboração do projeto de consultoria. Desafios de ordem conceitual, afetando diretamente o conhecimento antropológico e sua articulação de temas caros à disciplina, e desafios de ordem prática – relacionados à metodologia de trabalho, à relação com diversos agentes do campo da militância política e à necessidade de um distanciamento epistemológico para produzir conhecimento sobre o projeto.

Do ponto de vista intelectual, esses desafios me levaram a buscar novas ferramentas para enfrentar as questões que se colocavam. Nesse sentido, além do arsenal conceitual e teórico sobre memória e patrimônio, processos e práticas de colecionamento, foi importante explorar com mais atenção a literatura sobre os processos de formação do Estado, a fim de auxiliar na estruturação das reflexões sobre a experiência de contato com estes arquivos e instituições.

Deparei-me, ainda, com os desafios da pesquisa etnográfica em arquivos e acervos. Nesse sentido, o trabalho de Cunha (2004; 2005) foi fundamental, pois não se tratava de reconstruir a “realidade histórica”, mas entender o processo de criação de uma instituição, suas rotinas, funcionamento, instrumentos e práticas com base na análise destes documentos.

Durante a elaboração da proposta museológica e do projeto expositivo, surgiram duas dimensões que mereceram uma análise mais cuidadosa: uma que permitiu explorar o prédio como “documento”, não apenas na perspectiva inaugurada por Le Goff (1994), mas pela dimensão concreta que, neste caso, a ideia de

monumento como documento, o prédio assumia, uma vez que as paredes de muitas celas existentes na edificação foram usadas como suporte para inscrição e veículo de comunicação entre os presos e entre estes e seus advogados (como mencionaram Técio Lins e Silva e Modesto da Silveira em suas entrevistas) e o que podemos “ler” a partir da análise das estruturas construídas e dos espaços de circulação da edificação. A outra dimensão trata da reapropriação do enorme conjunto documental produzido pelas instituições que funcionaram no prédio como base para o projeto expositivo. Ao me debruçar sobre a materialidade de fichas, arquivos, dossiês, prontuários, pastas, livros de registro, formulários etc., refletindo sobre os processos que originaram tais “artefatos”, vi-me diante do desafio de questionar a noção de documento consagrada por outros autores.

Definições e recorte conceitual do Projeto de consultoria

Para definição da tipologia e perspectiva conceitual da futura instituição voltada para promover os Direitos Humanos a ser instalada no prédio do antigo Dops, tomamos como ponto de partida a história do prédio, a história das instituições que ali funcionaram, os documentos produzidos por estas instituições, a história e memória das pessoas que foram presas e perseguidas por elas e as ações da luta pela requalificação do prédio.

Considerando estes aspectos em conjunto, ficou claro que a instituição a ser criada caracterizava-se antes de tudo como

uma instituição de memória social e deveria ser inserida no contexto dos museus de história. Vale esclarecer que, aqui, se compreende museu⁸ de história não na perspectiva tradicional de enaltecimento e glorificação dos “grandes” fatos e personagens do passado, perspectiva esta que contribui para a reificação da história oficial, mas, ao contrário, um museu que, em uma perspectiva socioantropológica, sincrônica e diacrônica, pudesse questionar os registros da história “oficial”, suas celebrações e esquecimentos, mediante a articulação e contraposição dos documentos oficiais aos depoimentos e histórias de vida de ex-presos políticos, seus parentes e advogados.

Como sugere Menezes (1994), entendemos que a perspectiva histórica poderia ser altamente criativa e que as funções “documentais” desempenhadas por um museu desta natureza, ao ampliar no tempo e no espaço o acesso às bases materiais que constituem o conhecimento histórico, permitiriam explorar questões cruciais para a compreensão da sociedade em que vivemos.

As reflexões de Menezes (1994) e Magalhães (2008) foram determinantes para definirmos o tema, o conceito gerador e as diretrizes norteadoras da instituição. No tocante ao objeto central do trabalho institucional, direitos humanos foi o tema escolhido para estruturação do projeto expositivo, de modo que, através dele, pudéssemos apresentar de forma crítica como as lutas e movimentos sociais foram perseguidos e criminalizados no Brasil, desde o início do século XX até os dias de hoje. Nesse

8 Usamos aqui o termo museu na acepção ampla que lhe conferem as definições do Ibram e Icom.

sentido, as práticas e atividades desempenhadas pelos órgãos de Polícia Política que funcionaram no prédio, evidentes nos documentos produzidos por estas unidades, junto com o prédio e os bens móveis integrados que o constituem, seriam o suporte material que nos permitiria apresentar de modo dinâmico conteúdos tão complexos.

Como aponta Regina Novaes (2008), é bom lembrar que, na cultura política moderna, a noção de “direito” foi o instrumento que personificou e sintetizou a promoção das lutas por igualdade social. Segundo a autora, é em virtude da “ação discursiva e concreta do ‘direito’ como ferramenta pública, que as lutas por sua consagração, efetivação e ampliação podem ser entendidas como expressão, por excelência da cultura política dos nossos tempos” (Novaes, 2008, p. 117). Além disso, entendemos que, como propõe Novaes (2008, p. 120) a categoria “direitos humanos” poderia funcionar como uma chave de leitura “para compreender eventos e processos históricos” mais amplos.

Assim, o tema “direitos humanos” nos ajudou a colocar em perspectiva a dinâmica de funcionamento das diversas instituições policiais voltadas para o controle e a repressão social e política que atuaram no edifício da Rua da Relação, nº 40. Ao concebermos uma instituição voltada à promoção dos Direitos Humanos funcionando no prédio onde ocorreram arbitrariedades e violações sistemáticas destes direitos, acreditávamos estar reforçando seu papel icônico de testemunho material dessas lutas – ao mesmo tempo monumento e documento, memória e história, como propõe Le Goff (1994), contribuindo assim para

sua ressignificação. Por outro lado, ao observar o tamanho e a complexidade do aparato estatal voltado para o controle e repressão social, ficou clara a importância delas em nossa história. Desse modo, embora nunca tenham sido promovidos e/ou valorizados na historiografia oficial, os movimentos sociais e as lutas por direitos se mostraram elementos centrais para compreensão de nossa sociedade.

A ideia de nomear a instituição como *Espaço Cultural Memória e Direitos Humanos*, foi inspirada na acepção que confere ao termo o geógrafo Milton Santos, ao defini-lo como “conjunto indissociável, solidário e, também, contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2002 [1996], p. 63). Como nos lembra ainda Santos os objetos e ações “são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes)” (Santos, 2006, p. 49).

Observamos que, do ponto de vista conceitual, esta definição transformou-se também em ferramenta para o tratamento dos conteúdos, ou seja, o conceito de espaço adotado nos permitiu relacionar de forma crítica o prédio, a história das instituições que funcionaram em seu interior, os documentos produzidos e as práticas empreendidas por estas instituições, os usos desses documentos e o impacto dessas práticas, e ainda refletir sobre os valores e sentidos sociais atribuídos a estes documentos, práticas e instituições. Desse modo, buscava-se um caminho para ressigni-

ficá-los ativamente, na medida em que não só novos usos seriam propostos para o espaço e para os documentos, mas também estes promoveriam novas dinâmicas do público com o passado histórico, articulando memória e história de forma crítica.

A nosso ver, a questão central colocada pelo projeto estava imbrincada com a própria natureza do espaço, entendendo este como sendo formado, tanto, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, como, animado por ações atuais. Como indica Santos (2006, p. 68), “o espaço constitui a matriz sobre a qual as novas ações substituem as ações passadas. É ele, portanto, presente, porque passado e futuro”. Como observa:

Nunca, como agora, houve tanta necessidade de um saber competente, para reinterpretar a lição dos objetos que nos cercam e das ações de que não podemos escapar. O espaço é, hoje, o teatro do encontro de dois sistemas: o sistema dos objetos impele ao sistema das ações e o condiciona. (Santos, 2006, p. 152).

Nesse sentido, aprofundando a pesquisa, a experiência etnográfica apontou uma série de questões importantes, envolvendo sistemas de classificação, a materialidade e transitoriedade dos sistemas informacionais usados como base de registro para as atividades das polícias políticas, as dinâmicas de contextualização e descontextualização dos espaços e objetos, as dinâmicas de contextualização e descontextualização dos documentos produzidos, dentre outras. Questões estas que nos permitem analisar problemáticas mais amplas como a criação e transformação de mecanismos de repressão e controle social – especialmente

aquelas voltadas para investigação das práticas de colecionamento (Fabian, 2010) e sua relação com a constituição de campos disciplinares (Foucault, 2005) específicos. Assim, a perspectiva adotada permitiu analisar os documentos como artefatos (Fabian, 2004, 2010) social e culturalmente constituídos e ajudou a rever a noção de documento / consagrada no senso comum, explorando outras dimensões fundamentais em sua produção e uso. Nesse sentido, cabia, então, ouvir e deixar os “documentos” falarem.

O prédio - acesso ao grande labirinto

Em 1908, um decreto do Congresso Nacional autorizou a construção de um prédio, situado na esquina Rua da Relação com Rua dos Inválidos, no centro do Rio de Janeiro, *para sediar a Repartição Central de Polícia e seus serviços anexos*, com o objetivo de tornar “mais eficientes” as atividades policiais da então Capital Federal. Encomendado ao arquiteto Heitor de Mello (1876-1920), tido entre os mais importantes do início do século XIX, o projeto, em estilo eclético, pretendeu refletir as transformações que visavam dar um caráter “moderno” e “científico” à atividade da Polícia. A iniciativa pode ser considerada parte do conjunto das reformas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos no sentido de dotar a cidade de aparência e estrutura mais cosmopolita, em sintonia com o projeto da então recém instituída República brasileira.

Figura 1 – Matéria publicada no Jornal O Paiz na edição de 5 de novembro de 1910, data de inauguração do prédio. (com informações sobre o serviço de polícia do então Distrito Federal e seus principais agentes)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 2 – Gravura mostrando a fachada da lateral do prédio com vista para a Rua da Relação



Fonte: Jornal O Paiz, edição de 5 de novembro de 1910. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

No prédio, inaugurado em 5 de novembro de 1910, para abrigar a Repartição Central de Polícia e os serviços anexos de identificação datiloscópica, fotográfica e medicina legal, funcionaram

diversos órgãos, dentre eles a Escola de Polícia Científica do Distrito Federal, criada em 1912, e o então denominado Museu do Crime, dedicado ao colecionamento de objetos apreendidos nas investigações policiais como base para as atividades da Escola. Como bem observou Pradal (2017, §14, online):

Seguindo os modelos europeus, esses órgãos foram criados para a formação dos agentes policiais e para implementar a concepção científica do saber da corporação que objetivava eficiência no controle, prevenção e repressão (Silva, 2000, 54, *Apud* Correa, 2009). Até os anos 1940, o museu foi uma extensão da escola [...]. Em 1945, por causa de uma reforma das polícias, o museu passou a ser denominado, por decreto presidencial, Museu do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Mantendo objetivos similares, o museu deixou de funcionar como laboratório, mas seguiu sendo fonte de pesquisa: preparar, selecionar, classificar e modelar instrumentos e materiais funcionais a futuras investigações e atividades do DFSP.

Em termos analíticos, estas instituições podem ser vistas como parte de um complexo processo de produção, acúmulo e organização de documentos e informação sobre indivíduos, práticas e instituições sociais das mais variadas espécies, mas sobretudo as de destacada atuação e importância social e política

Segundo as fontes pesquisadas, a construção foi realizada em duas fases, sendo a primeira entre 1908 e 1910 – quando foram construídas duas alas formando um L ao longo das ruas da Relação e dos Inválidos, integrando a entrada principal e o corpo do edifício – e a segunda, datada de 1922, quando teriam sido

erguidas outras duas alas, também em L, que compõem os fundos do prédio, complementando sua forma atual.

O prédio em estilo eclético francês lembra tanto os edifícios parisienses pós-Hausmann quanto as construções das Exposições Universais – marcos do avanço tecnológico e requinte do período. Em termos arquitetônicos, o estilo eclético reflete um aparente paradoxo, pois permitia projetar edifícios funcionais – equipados com o que havia de mais moderno na época –, ao mesmo tempo que os revestia com elementos estéticos e linguagens arquitetônicas tiradas de outros contextos e períodos históricos. A construção destaca-se por um torreão abobadado e uma entrada suntuosa sob um arco monumental. Internamente, chama atenção pela diversidade e qualidade dos materiais usados como revestimento, bem como pela sofisticação dos elementos decorativos, nas áreas nobres, tais como: estatuárias, luminárias, vitrais, portas, portões, pisos e escadarias. Fazem parte também da edificação outras unidades desprovidas de ornamentos e mais “rústicas”, que contrastam com as descritas anteriormente, onde ficavam as celas e todo aparato de carceragem das Polícias que funcionaram no prédio.

Localizada no Centro da cidade do Rio de Janeiro, a edificação integra hoje o conjunto de bens tombados de relevância histórica para a cidade, fazendo parte da Área de Proteção do Ambiente Cultural da Cruz Vermelha (Apac Cruz Vermelha) e integrando o circuito do Corredor Cultural. O edifício foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, em 1987, mediante o Processo

Inepac E-18/300.071/87.⁹ Embora de grande relevância estética e estilística, por sua “imponência e apuro arquitetônico”, o ato de tombamento teve como principal argumento, expresso no texto do conselheiro Carlos Porto que integra o referido processo na página 14, “sua representatividade como marco e testemunho histórico das lutas do povo desta cidade para a conquista da Liberdade” e “pela necessidade de lembrar, para sempre, a memória dos que ali foram torturados por suas ideias políticas”. Como observa Pedro Lessa, o prédio,

Estigmatizado por ter sediado atividades de tortura e perseguição política, não é admirado, em seus valores estéticos, pelas pessoas que o identificam a seu triste passado. Para o resto da população, trata-se de mais uma dependência da Polícia, como as Delegacias de bairro, nas quais, para evitar mal-entendidos, não se demora o olhar. Não sendo notada a beleza arquitetônica da edificação, tão evidente nas fotos e pinturas antigas, é como se o edifício não existisse. Ele se torna quase um não-lugar. Aí reside o maior empecilho a valorização de um bem cultural. Uma construção que os cidadãos querem esquecer é um patrimônio a caminho da destruição. (Lessa, 1996, p. 11).

Assim, como indica o autor, o prédio histórico da esquina da Rua da Relação com a Rua dos Inválidos passou para o imaginário social como símbolo de iniquidade, arbitrariedade e abuso, por ter sido sede de todas as unidades das polícias políticas brasileiras ao

9 INEPAC. “Antigo DOPS – Departamento de Ordem Política e Social”. Número do processo: E-18/300.071/87. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/270.

longo do século XX. Muitos foram os órgãos que ali funcionaram,¹⁰ o local abrigou as polícias políticas da República Velha até 1983. Vale esclarecer, como aponta Xavier (1996, p. 32), que:

O termo “polícia política” tem sido utilizado, tradicionalmente, para designar um tipo especial de modalidade de polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva na história do Brasil, tendo sido criada com fins de entrever e coibir as ações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a “ordem e a segurança pública”.

Dentro desse enfoque, a polícia política seria resultante de um processo de “especialização” dos órgãos da instituição policial, surgindo, formalmente, em 1933 com a criação, na antiga Polícia Civil do Distrito Federal, da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) a qual, com a Seção de Segurança Política e a Seção de Segurança Social, encarregou-se dos chamados crimes políticos e sociais. [...]

Entretanto, os antecedentes institucionais de polícia política podem ser evidenciados desde antes da criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS).

O acompanhamento da legislação básica geradora das reformas policiais desde o início da República nos revela um

10 Órgãos que funcionaram no prédio seguidos da data de sua criação: Corpo de Investigações e Segurança Pública da Polícia Civil – 1907 (que passou a funcionar no prédio com sua inauguração em 1910); Inspetoria de Investigação e Segurança Pública – 1920; 4ª Delegacia Auxiliar – 1922; Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESP) – 1933; Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) – 1938; Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) – 1944; Delegacia de Ordem Política e Social (DOP) – 1945; Divisão de Polícia Política e Social (DPS/DF) – 1945; Departamento de Ordem Política e Social (Dops/RJ) – 1960; Departamento de Ordem Política e Social (Dops/GB) – 1967; Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) – 1975; Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) – 1975; Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) – 1981-83.

fio condutor quanto a origem de uma polícia política no interior da organização policial que, apesar de não ser especializada, conduzia a tramitação policial das matérias ligadas ao tema. A recorrência aos termos “privativo”, “extraordinário” e “regulamento especial” nos textos legislativos relativos aos órgãos de segurança, deste período, exprimem de modo significativo a importância do papel da chefia de polícia no tocante a este assunto. Assim, a natureza dos serviços que ora chamamos de polícia política, remonta a uma competência “privativa” no aparelho policial, subordinada diretamente ao chefe de polícia e explicitada de forma mais ou menos sutil, dependendo do período.

Rosalina Coelho Lisboa (*apud* Xavier, 1996), ao comentar o tratamento dado aos detidos na Quarta Delegacia e suas práticas, considera estas ainda piores do que o destino de um desterrado. Xavier observa também que:

A denúncia do comportamento que condenava o crime “político” consistia em relatórios policiais que, em geral, afirmavam o acusado como “perigoso para a sociedade. O *modus operandi* do aparelho policial e a manutenção da ordem pública cumpriam-se num ambiente de desconhecimento e despreparo. Os conceitos de “ordem e segurança pública” se forjaram no interior do agir policial, onde a lógica da suspeição antecedia qualquer possibilidade de embate político. [...] A Investigação e a vigilância, subterfúgios do controle policial, institucionalizaram-se (na figura dos agentes de segurança pública) em 1892. A partir daí, tanto no aparato quanto na lei e no discurso policial identificam-se os ensaios do enquadramento criminal a ser posteriormente atribuído ao dissidente político.

A análise dos antecedentes institucionais da polícia política aponta para uma linha de continuidade dos órgãos de segurança pública. A “especialização”, mais do que indicar uma ruptura, poderia sugerir a radicalização de uma prática institucional já estabelecida. Do Corpo de Investigação e Segurança Pública, datado do início do século, a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), o permanente e reincidente tema da “ordem” vincula-se ao enquadramento criminoso do comportamento dito “perigoso” do ponto de vista político. A criminalização dos “indesejáveis” atribuiu às práticas sociais divergentes da “ordem” um grau de periculosidade semelhante ao do criminoso comum. O caráter arbitrário e repressivo, pretensamente próprio dos períodos de exceção, de certa forma, transcende a estes. Sendo constituídos numa prática de controle que dissimuladamente se apropriava e manipulava a noção veiculada pelo apreço do que é “pátrio” e do que é “bom para todos”. (Xavier, 1996, p. 35-36).

A pesquisa realizada pelo Núcleo de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) sobre lugares de memória aponta ainda que,

Durante as primeiras décadas do século XX, a atuação da Polícia Central do Distrito Federal era dirigida ao controle da emergente população urbana, largamente pobre e negra – por meio da repressão à “vadiagem” dos “sem trabalho”, das “casas de batuques”, da capoeira, da prática de “magia” e “curandeirismo” - e, em relação à organização política, aos movimentos de trabalhadores e aos imigrantes europeus difusores do ideário anarquista no Rio de Janeiro. (PUC-RIO, 2015, p. 69).

Entendemos, deste modo, que as unidades de polícia política foram órgãos centrais da complexa estrutura repressiva de vigilância, perseguição, prisão, tortura, desaparecimento forçado e morte de pessoas durante a ditadura civil-militar e outros períodos de exceção no Brasil, mas também nos interstícios entre eles. Assim, o local onde funcionaram estes órgãos ficou estigmatizado, associado a práticas de desrespeito e violação dos Direitos Humanos que aconteceram em seu interior, sendo conhecido como o “prédio do Dops” (ver APERJ, 1996).¹¹ No momento em que realizamos o projeto, o prédio encontrava-se sob a responsabilidade da Polícia Civil da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Até 2012, quando tiveram início as obras para construção do Centro Empresarial Senado, funcionavam no local a 1ª Delegacia da Praça Mauá, uma área da Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos (DFAE), parte do arquivo de funcionários da Polícia e o Museu da Polícia Civil. Havia também uma área que servia de depósito para material de limpeza e outra para guarda de munição (GARRO, 2006). No entanto, é im-

11 Para compreender melhor as diversas instâncias do processo de recolhimento e guarda dos arquivos das polícias políticas e da história do prédio num contexto histórico mais amplo, é fundamental a leitura do livro DOPS: a lógica da desconfiança, editado pelo APERJ, em 1996, que reúne textos de diversos pesquisadores e dos técnicos da instituição que participaram do processo, sendo eles: O Prédio do Dops (p. 10-13) de Pedro Lessa; O 'Acervo DOPS' – um projeto de tratamento documental (p. 14-17) de Miriam Beatriz Collares Figueiredo, Marcia Guerra Pereira, Ana Saramago, Maria Clara Mosciaro e Luis Reznik; Recolhimento do acervo das polícias políticas do Rio de Janeiro (p. 18-21); A Reconstituição do acervo (p. 22-27) de Marcia Guerra Pereira, Miriam Beatriz Collares Figueiredo, Luis Reznik; Polícia, ciência e “higiene social” (p. 28-31) de Lucia Capri e Jessica Moura Campos; Antecedentes institucionais de polícia política (p. 32-36) de Marília Xavier; Departamento Federal de Segurança Pública: Ruptura ou permanência? (p. 37-41) de Luiz Henrique Sombra; De Polícia Federal a Departamento Estadual: O DOPS evolução administrativa - 1955 a 1983 (p. 42-45) de Marcia Guerra Pereira e Luis Reznik; A Construção da Brasilidade Excludente (p. 46-54) de Henrique Samet.

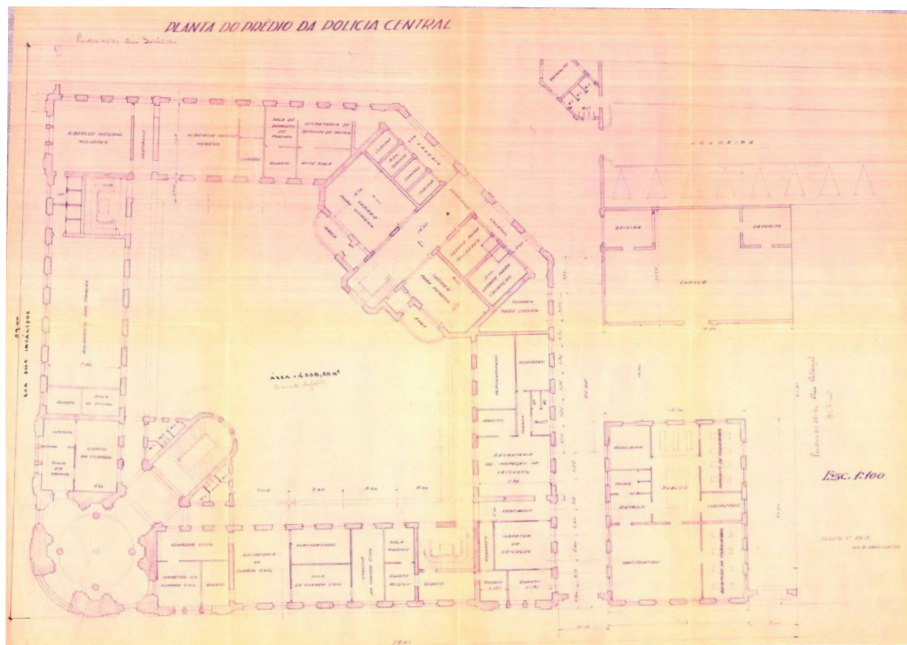
portante ressaltar que, no período de realização do trabalho de consultoria, o prédio já estava fechado ao público e a maior parte das salas permanecia vazia e desocupada, em razão das precárias condições de conservação e segurança do imóvel.

O relatório da vistoria realizada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), em 6 de junho de 2016, com o objetivo de “tomar conhecimento do estado de conservação do imóvel e dos bens móveis e integrados lá abrigados”, apontou o péssimo estado de conservação do imóvel e dos bens móveis e integrados que o compõem. O relatório chama atenção ainda para a necessidade de se proceder a “uma intervenção a fim de estabilizar o status de degradação” dos bens móveis e integrados, destacando que, para tal, seria “fundamental iniciar o processo de identificação dos objetos com inventários, onde será possível quantificar, classificar e conhecer o estado de conservação de cada um desses objetos históricos para posterior elaboração de um plano de recuperação do acervo” (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, 2016, p. 1 e 2).

Sobre sua estrutura, vale destacar que o edifício possui um corpo completo com três pavimentos e um pátio central, está implantado na quadra, ocupando 100% do terreno como pode ser verificado na planta baixa do imóvel, perfazendo o total de 6.815m² de área construída. Cada um dos pavimentos soma 2.015m² de área e o pátio, 756m². A altura dos pavimentos também varia, tendo o pavimento térreo 5,43m de pé direito, o segundo, 6,05m, e o terceiro, 3,86m. O tamanho das salas e demais unida-

des que compõem a edificação é bastante irregular, como pode ser observado nas plantas baixas encontradas nos arquivos da SPU e do Inepac, e nas produzidas a partir das visitas técnicas coordenadas pela Comissão Estadual da Verdade (CEV- Rio) em parceria com membros do Movimento Ocupa Dops.

Figura 3 - Planta do andar térreo do prédio da Polícia Central. Data aproximada: anos 1930 (com indicação de algumas unidades que funcionavam no prédio e em seu entorno)



Fonte: SPU/RJ.

Figura 4 - Planta baixa do prédio feita pelo Coletivo Ocupa Dops (para reconhecimento dos espaços mencionados pelos ex-presos políticos em seus depoimentos durante as vistorias realizadas pela CEV-Rio). As linhas vermelhas foram inseridas para indicar as áreas de circulação geral e as linhas azuis os caminhos e passagens internas



Fonte: Relatório CRV-Rio e Ocupa Dops.

A análise das plantas e das fotos tiradas durante as visitas técnicas descritas acima, bem como de registros e impressões obtidas na vistoria realizada pelos técnicos do Inepac, que tive a oportunidade de acompanhar, me fizeram refletir sobre algumas características do espaço construído. Uma primeira a análise das plantas evidencia que os espaços internos e externos do prédio foram muito alterados ao longo do tempo com a construção e derrubada de paredes, aberturas, passagens, criação de mezaninos, através da instalação de divisórias temporárias ou estruturas permanentes, criando, com isso, novos espaços e compartimentos. A partir das visitas e plantas mais recentes, observa-se que foram construídas ainda passagens que ligavam o prédio principal a outras construções erigidas na quadra, tornando o prédio histórico parte de um complexo mais amplo das operações e unidades policiais na área. Outro aspecto que chamou atenção diz respeito aos acessos e possibilidades de circulação no prédio. Além do vão com escada e elevador instalados no módulo central ligando os três andares, o acesso aos pavimentos e suas diversas unidades se faz pelas varandas que circundam o pátio interno em cada um dos andares e por passagens internas e corredores, mais ou menos curtos, que conectam as salas entre si, possibilitando, com isso, múltiplos fluxos e conexões entre os diversos espaços. No entanto, observa-se que grande parte desses caminhos e conexões são de caráter restrito. Há os caminhos de circulação geral, feito pelas escadas e varandas, porém o acesso entre as salas e determinadas unidades só é possível através de estruturas internas nem sempre visíveis para quem vem de

fora. A estrutura e os vestígios de ocupação do prédio tornam evidente ainda que havia todo um sistema hierárquico que definia quem poderia e quem não poderia circular por determinadas áreas. Estas características somadas acabam conferindo um aspecto “labiríntico” à edificação tanto do ponto de vista de sua estrutura física como funcional, definida pelos critérios operacionais e simbólicos que regiam a circulação no prédio.

Mergulhar neste material, tanto nas plantas históricas como nas mais recentes feitas pelos membros do Coletivo Ocupa Dops a partir das diligências da CEV-Rio, permitiu observar que este aspecto “labiríntico”, em parte, estruturador do espaço, poderia se constituir como categoria analítica num contraponto conceitual ao modelo panóptico característico das instituições de vigilância concebidas por Jeremy Bentham e estudadas por Foucault (1987). Em suas análises, Foucault chama atenção para o fato de que o modelo do panóptico¹² instaura a dissimetria e a quebra do par ver/ser visto. Se, nas estruturas estudadas pelo autor, o poder atua explicitando os instrumentos de vigilância, e os sujeitos, sem saber se estão sendo vigiados, introjetam os mecanismos disciplinares, no caso observado aqui, temos um outro componente fundamental para a análise das instituições policiais. A combinação de dois processos distintos: um definido pelas grandes áreas de circulação das varandas e do pátio inter-

12 Panóptico foi o termo escolhido para designar a penitenciária ideal, concebida por Jeremy Bentham em 1785, espaço que permitiria a um único vigilante observar todos os prisioneiros, sem que estes pudessem saber se estavam sendo observados ou não. Foucault usa o termo para representar as manifestações de um poder maior (que tudo vê e sabe). Segundo ele, esta seria uma estrutura que permitiria ao observador, neste caso o vigilante, ver sem ser visto, cujo cerne é o conceito de vigilância e, acima de tudo, o poder que ela exerce.

no, e outro definido pelas passagens internas e acessos restritos. Nos parece que este aspecto labiríntico e a invisibilidade que as estruturas entrecortadas e fragmentadas dão à edificação, expressam a dinâmica dos processos e das práticas dos agentes das polícias políticas, que sempre agiram de forma velada e dissimulada, o que reforça ainda mais o caráter suspeito e arbitrário destas dinâmicas. Acreditamos que este ponto pode e deve ser mais bem trabalhado, do ponto de vista conceitual, pelo tanto que nos ajudaria a compreender a estrutura e a dinâmica de nossas instituições sociais, como dos processos sociais e políticos que as configuram. Como apontou Santos (2006, p. 152), o espaço é o local de encontro de dois sistemas: o sistema dos objetos e o sistema das ações, cabendo a nós pesquisadores compreender, a partir da análise de seus elementos, como estes se implicam e condicionam reciprocamente.

Explorar conceitualmente a ideia de labirinto talvez nos ajude a observar e compreender melhor, para além dos trânsitos e da circulação física no espaço construído, a estrutura dos processos e as estratégias de governança adotadas pelos órgãos de vigilância e repressão política. A partir da análise das plantas e da experiência das visitas, compreendemos que, nas instituições policiais, há sempre duas dinâmicas em jogo: uma que diz respeito à relação de sujeição e controle dos presos pelos agentes policiais, e outra que permite a esses agentes agirem sem serem vistos tanto pelos presos quanto por seus pares. A lógica que impera é a da dissimulação e opacidade e não a da transparência.

Acervos e documentos mais do que sensíveis

Além da identificação de fontes de pesquisa e sistematização da história das polícias políticas, o escopo do contrato de consultoria previa o estudo e a identificação de acervos relacionados a estas instituições, tais como: o acervo de objetos apreendidos pela Polícia Central, no início do século XX, relacionados à cultura afro-brasileira, que integrou, durante muitos anos, os bens sob a guarda do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, e o acervo das polícias políticas que funcionaram no prédio, hoje sob tutela do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Importante ressaltar que estes acervos são decorrentes de práticas e rotinas institucionais dos órgãos de Polícia Política e Social, formados por itens de natureza e origens muito diversas, produzidos, recolhidos e guardados com finalidades distintas daquelas para as quais vêm sendo reivindicadas pelos movimentos sociais organizados. Aproveito ainda a oportunidade para esclarecer que, embora de grande relevância para o projeto, não me debruçarei neste texto na exploração do primeiro acervo, limitando-me, aqui, a apresentar apenas alguns dados que possam permitir ao leitor compreender sua importância, e, na medida de seu interesse, buscar por referências mais completas sobre o tema (Alves, 2021; Correa, 2009; Gama, 2018; Maggie, Monte-Mór, Contins, 1979; Pereira, 2017; Versiani, 2021). Observo que minha análise e a pesquisa que realizei para o projeto, por diversos motivos, concentraram-se no segundo acervo mencionado.

Acervo de objetos da cultura afro-brasileira

Sobre o acervo de objetos da cultura afro-brasileira, guardados e armazenados no Museu da Polícia até 2020, podemos dizer que Yvonne Maggie foi uma das primeiras pesquisadoras a se interessar por esta coleção, no âmbito de sua pesquisa sobre as religiões afro-brasileiras. São de sua autoria trabalhos importantes que têm este conjunto como objeto de investigação e reflexão, entre eles *Arte ou magia negra? Relatório do Convênio Funarte/CNDA* (1979).

Na pesquisa que realizou, em conjunto com as antropólogas Márcia Contins e Patrícia Monte-Mór, sobre a coleção de objetos rituais do acervo do então Museu da Academia de Polícia Militar do Rio de Janeiro, a autora discute a arte nos cultos afro-brasileiros e sua relação com o Estado. O estudo foi feito através de uma etnografia das coleções e tinha como objetivo definir os objetos segundo sua relação com o ritual e não com o local de origem das peças. Sobre este trabalho, em artigo mais recente, Maggie observa que:

As peças antes de seu tombamento em 1938 encontravam-se na Seção de Tóxicos, Entorpecentes e Mistificação da Primeira Delegacia Auxiliar no 'Museu de Magia Negra'. A delegacia que reprimia e perseguia os feiticeiros era a guardiã daquilo que os peritos da polícia definiam como objetos de bruxaria. [...] Depois de tombados, os objetos passaram a fazer parte, em 1945, do Museu de Criminologia, um museu científico e de arte popular que faz parte do Conselho Internacional de Museus, registrado como

Museu Científico do Departamento de Segurança Pública. O museu tem uma coleção de armas, bandeiras nazistas, pertences de presos políticos. A ‘coleção de magia negra’ foi organizada pelo primeiro diretor da casa que, para tanto, utilizou-se de bibliografia sobre o tema das religiões afro-brasileiras sobretudo Artur Ramos, Roger Bastide e Edison Carneiro. [...]

Já em 2005, a coleção de ‘magia negra’ estava fechada à visitação pública. A coleção do Museu da Polícia parece ter sido danificada durante um incêndio, tendo sido colocada na reserva técnica, onde o acesso a ela era proibido.” (Maggie, 2007, s.p).

A coleção de objetos rituais afro-brasileiros teve seu tombamento realizado em 5 de maio de 1938, sendo o primeiro bem inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Como pudemos ver nos autos do processo, referenciado sob o número 0035-T-38 nos acervos do Inepac, o inventário dos itens que compõem a referida coleção lista 196 itens das mais diversas naturezas; trata-se de um conjunto de objetos apreendidos em ações policiais sem que se tenha especificações sobre local, data e/ou condições de apreensão.

Vale lembrar que o Código Penal Brasileiro de 1890 proibia manifestações da cultura e da religiosidade afro-brasileira, estigmatizando estas práticas. Com base nessa legislação, a polícia perseguia praticantes, invadia locais de culto confiscando objetos sagrados para serem usados como prova e material nos processos de acusação. O Código Penal de 1940 alterou a lei, mas na prática ela foi aplicada até os anos 1960.

No período em que realizei a consultoria, o acervo encontrava-se embalado e acondicionado na sede provisória do Museu da Polícia, unidade museológica herdeira dos acervos do Museu do Crime e do Museu da Academia de Polícia Militar do Rio de Janeiro, que funciona em prédio anexo ao antigo prédio da Rua da Relação nº 40. Embora de grande importância para o projeto, por todas as articulações conceituais que esta coleção permitiria fazer, não conseguimos ter acesso direto ao material. Vale ressaltar, no entanto, que este acervo tem sido objeto de trabalho de outros pesquisadores nos últimos anos e que seus itens foram/são alvo de reivindicação de diversos agentes e movimentos sociais organizados que ganharam impulso com as atividades da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Em 2017, foi lançada a campanha *Libertem Nosso Sagrado*,¹³ que com apoio do Ministério Público Federal, lutou pela restituição de objetos sagrados apreendidos pela Polícia do Distrito Federal durante a Primeira República (1889-1930) e a Era Vargas (1930-1945).

Após três anos de negociações entre a Secretaria de Estado da Polícia Civil, o Museu da Polícia do Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Museus e o Museu da República, com amplo apoio de lideranças de terreiros de umbanda e de candomblé, de autoridades políticas, artistas e intelectuais, mediadas pelo Ministério Público, a Polícia Civil assinou, em agosto de 2020, termo se comprometendo com a transferência provisória do referido acervo

13 A campanha *Liberte Nosso Sagrado* teve o apoio de mães de santo, pesquisadores, ativistas do movimento negro, organizações da sociedade civil e da Comissão de Direito Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, dando continuidade a pedidos feitos há décadas por lideranças religiosas e do movimento negro.

para o Museu da República (Sanches, 2020). Em setembro de 2020, as peças foram entregues ao museu. A cerimônia de recepção das peças contou com a participação de instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (Iphan) e importantes representantes de religiões de matriz africana.¹⁴ Ainda durante a pandemia, em 19 de junho de 2021, deu-se a transferência definitiva (Wentz, 2021). Rebatizada como *Coleção Nosso Sagrado*, este conjunto de peças, hoje sob a guarda do Museu da República, tem sido objeto de diversos projetos¹⁵ e estudos. Vale destacar que o projeto de consultoria previa a apresentação desta coleção não apenas por sua importância e relevância histórica, mas como evidência de como as manifestações afro-brasileiras e seus praticantes foram alvo de perseguição policial.

Acervos das polícias políticas

No que diz respeito aos acervos das instituições que funcionaram no prédio da Rua da Relação nº 40, pesquisas anteriores¹⁶ já haviam registrado que todo o material produzido pelas polícias políticas foi transferido, em 1983, com a extinção do Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), para a sede da

14 Participaram do evento Mãe Meninazinha D'Oxum (Ilê Omolu Oxum), Mãe Palmira de Oyá (Ilê Omon Oyá Legi), Pai Roberto Braga - Tata Luazemi (Abassá Lumyjacarê Junçara), Mam'etu Mabeji representada por Tata Songhele (Kupapa Unsaba - Bate Folha Rio de Janeiro), Mãe Flavia Pinto (Casa do Perdão), Babá Adailton Moreira de Ogum (Ilê Axé Omiojuaro), Babá Mauro de Oxóssi (Ilê Axé Ofá, representando o Axé Iyá Nasso Oká Ilê Oxum).

15 Dentre eles, os documentários *Nosso Sagrado*, dirigido por Fernando Sousa, Gabriel Barbosa e Jorge Santana, disponível na plataforma kweli.tv.

16 Ver: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DOPS: a lógica da desconfiança. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ, 1996.

Superintendência da Polícia Federal, na Rua Venezuela nº 2. Foi apenas em 1991, fruto da luta e de reivindicações de muitos grupos e setores sociais, com base nos dispositivos da Constituição de 1988 e no princípio do *habeas data*, que teve início o processo de recolhimento, aos arquivos públicos, dos acervos das polícias políticas. No Rio de Janeiro, o processo aconteceu em 1992, quando os acervos que estavam na Superintendência da Polícia Federal foram levados para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj). A mudança foi finalizada em 4 de junho daquele ano. Embora saibamos que nem tudo o que foi produzido pelos órgãos de repressão tenha sido preservado, este acervo é considerado o mais completo da América Latina, estimado, na época de seu recolhimento, em 400 metros lineares de documentação, sendo 106 arquivos verticais de fichas e outros documentos avulsos

No momento de realização desta pesquisa, o material estava todo catalogado e acessível para consulta na base de dados digital do Aperj. O acervo reúne documentos produzidos entre os anos de 1905 e de 1983, cujo valor social foi reconhecido pela Unesco por meio do registro do Programa Memória do Mundo.¹⁷ A documentação produzida e acumulada pela Polícia Política foi parte das práticas, processos e rotinas dos “órgãos federais, até 1960; nos do antigo Estado do Rio de Janeiro, desde 1934 até a fusão com o Estado da Guanabara, em 1975; nos do Estado da Guanabara, em 1975; nos do Estado da Guanabara, em 1975; nos do Estado da Guanabara, em 1975;

17 No dia 8 de novembro de 2007, a documentação das Polícias Políticas do Rio de Janeiro, que integra o acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, recebeu diploma confirmando o Registro do Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo da Unesco. A inscrição foi oficializada pela Portaria nº 60, de 31 de outubro de 2007, do Ministério da Cultura. A distinção do registro no Programa Memória do Mundo caracteriza o reconhecimento público da importância do acervo documental das Polícias Políticas do Rio de Janeiro.

bara, entre 1960 e 1975, e nos órgãos de Polícia Política do novo Estado do Rio de Janeiro, a partir desta data” (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1996, p. 17). Como exposto no texto que integra o formulário para Candidatura à Nominção no Registro do Programa Memória do Mundo da Unesco, elaborado em 2007:

O acervo da Polícia Política no Estado do Rio de Janeiro, atualmente sob a custódia do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, contém o registro da história política do Brasil desde o início do século XX. São mais de 70 anos de registro de informações que envolvem questões fundamentais desse século, como democracia, direitos humanos, cidadania e legalidade. O acervo permite perceber os paradoxos e as contradições que permearam essas questões durante todo o século e que, apesar de expressas como garantias constitucionais, foram frequentemente violadas nas práticas institucionais, mesmo em momentos de vigência democrática. Esse acervo permite, ainda, acompanhar a formação e o desenvolvimento da comunidade de informações no Brasil. A história dos órgãos que exerceram a função de Polícia Política no estado do Rio e a forma como este acervo documental foi posto em disponibilidade para a sociedade revelam as mudanças por que passou o conceito de informação no Brasil nas últimas décadas. Durante o período de vigência destes órgãos, a informação era concebida antes de tudo como um elemento que possibilitava o controle da ordem social e política. [...] (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2007, p. 4).

O acervo é formado por itens bem diversos e possui tipologia documental e características específicas. Sobre este tópico, o texto da candidatura aponta que:

A documentação está reunida em dossiês, prontuários, fichas, livros e códices. A maior parte dos assuntos e temas tratados no Fundo Polícias Políticas está relacionada ao seu principal alvo de investigação, que eram os crimes contra a Ordem Política e Social. Assim, a documentação contém assuntos e temas referentes a: sindicatos de várias categorias profissionais, partidos políticos, associações culturais e beneficentes, movimentos políticos (como por exemplo, AIB - Ação Integralista Brasileira e ANL - Aliança Nacional Libertadora), movimento feminino, anarquismo, atividades de estrangeiros, espionagem, atividades de embaixadas, cooperação policial nacional e estrangeira, comunismo, integralismo, militares, espionagem, movimento estudantil, terrorismo. Os documentos também abordam temas relativos a outras regiões geográficas como Cuba, África, Espanha, Alemanha, Itália, Áustria, EUA, Inglaterra, Japão, Rússia, América do Sul, e, também, a todos os estados brasileiros. (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2007, p. 35).

O documento indica ainda que:

[...] A abrangência da atuação da Polícia Política em todos os períodos de sua história explica a riqueza de seu acervo constituído por aproximadamente 1 milhão e 400 mil de fichas remissivas e 600 mil fichas autoexplicativas; 750 metros lineares de documentos textuais; 50 mil fotos, negativos em acetato e de vidro, microfilmes; documentos sonoros como discos, fitas áudio-magnéticas, e filmes; além de objetos tridimensionais, dentre os quais se destacam bandeiras, flâmulas, lenços, broches, *bottons*, anéis, e documentos de identificação pessoal.

Os tipos documentais são os mais variados encontrando-se, dentre o material produzido pela Polícia, prontuários individuais de presos condenados ou detidos; dossiês

temáticos; livros de protocolo de entrada e saída de correspondência; livros de registro dos serviços de plantão das diversas seções da Delegacia; boletins e relatórios reservados; relatórios administrativos de atividades diárias; relatórios anuais; portarias e regulamentos da Delegacia; documentos de pessoal de toda espécie; cópias de inquéritos decorrentes da Lei de Segurança Nacional; mapas de presos; dossiês contendo recortes de jornais; negativos e ampliações fotográficas; discos e filmes. Da documentação apreendida, constam relatórios e boletins oficiais das entidades e associações que eram alvo de investigação policial, além de panfletos, folhetos, jornais, flâmulas, insígnias, livros, documentos pessoais e fotografias.

Os fichários que fazem parte do acervo podem ser divididos em dois grandes grupos que se desdobram em vários conjuntos. O primeiro grupo é composto de fichas remissivas e se subdivide nos conjuntos de fichas em ordem alfabética de sobrenomes; de prenomes de pessoas e de nomes de entidades, instituições e periódicos; e fichas de codinomes. Esse conjunto remete aos dossiês temáticos e aos prontuários individuais.

O segundo grupo é composto pelo que a polícia política chamava de “fichas índice”, de pessoas físicas e jurídicas. Essas fichas contêm um sumário das informações recolhidas e arquivadas nos dossiês e prontuários. Elas se circunscrevem ao período correspondente às décadas de 1940, 50 e início de 60. O grande valor histórico desse grupo de fichas é que elas foram criadas e alimentadas em plena vigência de governos democráticos no Brasil (1945-1964), o que levanta várias questões sobre a compatibilidade entre democracia e serviços de inteligência, informação e poder. [...] (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2007, p. 55)

A singularidade desse acervo reside também na origem federal de sua produção. Vale lembrar que, sendo o Rio de Janeiro, até os anos 1960, capital do Brasil, os órgãos que ali funcionavam reuniram informações não só sobre o que se passava na cidade, mas também sobre o que acontecia em todos os estados brasileiros.

O “DOPS” — como ficou conhecida a Polícia Política — que atuava no Rio de Janeiro recebia e processava informações dos DOPS estaduais, detendo por isso o registro da vida política de todo o país durante mais de sessenta anos. Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que por produzir documentos sigilosos e desenvolver ações que, muitas vezes, resultaram em prisões, torturas e mortes — como durante a vigência da ditadura militar no Brasil (1964-1984) — a Polícia desenvolveu cuidados redobrados com a documentação, ficando a sua circulação restrita aos limites da instituição, e das poucas agências civis e militares envolvidas nas diligências policiais, com o objetivo de tentar impedir que fossem reproduzidas e divulgadas entre a população. As muitas práticas ilegais, cometidas pelas autoridades que deveriam zelar pelo cumprimento da lei, tornavam imperativo evitar que os documentos fossem objeto de conhecimento público. O aspecto repressivo e limitador da cidadania política que caracterizava a documentação produzida pela Polícia Política, assim como seu caráter sigiloso, conferem, hoje, uma grande importância a esse Fundo documental. Uma vez disponibilizada a consulta a seus registros, ela permite identificar a ação do Estado contra as liberdades civis e políticas, o que possibilita utilizar as informações como meios de prova para recuperação de direitos. (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2007, p. 56)

Pela complexidade e dificuldades encontradas ao lidar com estes materiais usei, em trabalho anterior, com base na reflexão de outros autores que se dedicaram ao tema o termo “arquivos sensíveis” e “documentos sensíveis”¹⁸ para me referir eles. Como esclarece Thiessen, denominam-se “arquivos sensíveis”

aqueles produzidos em regimes repressivos ou totalitários, nos quais os direitos humanos e as liberdades são violados, como as ditaduras do cone sul, as guerras étnicas, as da descolonização, sem esquecer os conflitos civis da atualidade [...]. Arquivos que se formaram a partir de documentos produzidos no período da Ditadura militar, no Brasil, entre 1964 e 1985, cujo conteúdo informacional conteria segredos de Estado e/ou expressariam polêmicas e contradições envolvendo personagens da vida pública ou de seus descendentes.

Situados nos limites fronteiriços da informação, da memória e da história, os documentos “sensíveis” e os arquivos que os guardam, conservam e custodiam, por definição são também caracterizados pelas tensões que provocam entre a memória vivida e a memória histórica. Matéria-prima dos pesquisadores, sua apropriação nem sempre se faz sem conflitos e disputas, pois exprimem fatos ou acontecimentos que ainda não estão inscritos na memória coletiva. (Thiessen, 2012, p. 1).

Thiessen observa também que é preciso compreender a natureza desses documentos e arquivos e, ao acessá-los, estarmos

18 Em comunicação realizada no XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Thiessen (2012, p. 8) observa que, conforme aponta Pierre Nora, a noção de ‘arquivos sensíveis’ nos remete, simultaneamente, à memória e à história. “São dramáticos e conflituosos, implicando uma tensão entre dois tipos de memória – histórica e vivida, o que os torna “carregados de emoções sociais e coletivas, objeto de disputas tão apaixonadas”. (Nora *apud* Rodrigues, 2009, p. 139).

atentos, redobrando os cuidados teórico-metodológicos para escapar de suas armadilhas. Segundo a autora,

a depender do olhar lançado sobre esses documentos, eles podem ser vistos como tesouros, mas subsequentemente, mediante o cotejo da análise de seu conteúdo com depoimentos de ex-prisioneiros políticos, advogados que os defenderam no passado ou arquivistas experimentados nesse tipo de fonte, podem se revelar verdadeiras miragens. Isto porque, ao invés de expressarem a realidade dos acontecimentos que lhes deram origem, podem refletir mentiras, meias verdades ou distorções. (Thiessen, 2012, p. 1).

Segundo Fico (2001), após o predomínio quase fetichista do documento, no final do século XIX e início do século XX, algumas correntes da História, como a Escola dos Annales, contribuíram para a ampliação do rol de fontes utilizadas pelo historiador, e o recurso às fontes orais e à temática dos eventos traumáticos tornou a questão do testemunho proeminente, pois, como observa, muito da história sobre estes eventos só pode ser escrita a partir do depoimento dos que sobreviveram a eles. Como aponta o autor, a Associação Alemã de Historiadores aprovou, em 1994, uma resolução aparentemente óbvia, reiterando que as fontes têm valor informativo apenas limitado, e que é preciso observar os contextos diferenciados e os modos como estes documentos foram produzidos para captar seu valor como fonte. Afinal, no nosso caso, os documentos da ditadura encarnariam não o testemunho da verdade, mas a memória do arbítrio, informações e dados forjados pelos aparelhos repressivos do Estado através de

práticas de intimidação, confissão sob tortura e adulteração de conteúdos e eventos com fins arbitrários (Fico, 2001). Nas palavras de Thiesen (2012, p. 6):

A hipertrofia do sistema se reflete claramente na superabundância de documentos e constitui uma das características de regimes de exceção, cujas práticas passam por um trabalho minucioso de “documentação” das ações das polícias políticas, com o propósito evidente de (1) criar provas contra seus inimigos e, simultaneamente, (2) autodefender-se de futuras acusações. No âmbito da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, importada dos Estados Unidos e ensinada na Escola Superior de Guerra (ESG), esses órgãos praticavam espionagens, contrainformações, escutas e gravações telefônicas, infiltrações na vida cotidiana, delações, violações de correspondências, etc. [...].

Sabe-se que, durante os períodos de exceção e arbítrio, a “informação” é usada como uma arma. Assim, conhecer o circuito de produção e circulação destes documentos ajuda a compreender o funcionamento das instituições que formaram a base de sustentação do regime e, por consequência, elucidar a função dos documentos e dos arquivos em suas respectivas atividades.

A intencionalidade na produção documental segue a regra geral, mas acrescenta um caráter que difere dos demais documentos produzidos na administração pública – vale dizer o ato intencional, consciente e deliberado de fraudar as práticas funcionais do Estado, com dolo ou má-fé, sob a proteção do anonimato e do sigilo. São conhecidos os inúmeros episódios de “suicídios”, “fugas”, “atropelamentos”, “trocas de tiros” e outras causas de

mortes alegadas ocorridas em decorrência, a bem da verdade, de torturas intensivas que se seguiam a prisões irregulares, ou seja, sequestros. O objetivo mais imediato era a extração de informações com o propósito de localizar outros militantes em seus aparelhos e efetuar novas prisões/sequestros. (Thiesen, 2012, p. 6).

Estudos sobre estes acervos e documentos chamam atenção para um paradoxo central: embora se trate de documentos autênticos, uma vez que foram produzidos e faziam parte da rotina de instituições e órgãos de Estado, sua existência não garante a veracidade das informações que eles contêm, posto que muitos deles foram produzidos em condições de excepcionalidade, como escutas ilegais, espionagem, contrainformação..., e também foram fruto de episódios marcados pela violência de situações-limite, como sequestros, torturas e outras violações dos direitos humanos. Assim, ao nos depararmos com materiais dessa natureza, arquivos e documentos “sensíveis”, apesar de sua autenticidade, devemos sempre nos questionar sobre a realidade dos fatos que descrevem e das informações que apresentam (Fico, 2001), estes questionamentos se tornam ainda mais relevantes quando conhecemos melhor a dinâmica e o contexto em que eram produzidos.

Como podemos observar no trabalho realizado por Luciana Lombardo Costa Pereira, *A Lista negra dos Livros Vermelhos* (2010), em que a autora se debruçou no estudo de um conjunto específico de objetos desse acervo, os livros apreendidos pelo Dops/RJ, a análise atenta dessa “coleção” e, em paralelo, da documentação

produzida pelos órgãos de polícia política, processo intensificado após o golpe de 1964, lhe permitiu reconstituir o campo editorial brasileiro através dos registros da repressão policial ao mundo editorial, e descrever o papel desempenhado por certos editores e suas editoras na organização da cultura do período, evidenciando as ideias e o sistema de valores que conformaram estas práticas, muitas vezes na contramão do conteúdo encontrado em textos e documentos oficiais conhecidos.

Em esforço semelhante, Bastos (2010a; 2010b) se dedicou à pesquisa e ao estudo de um conjunto de itens do acervo fotográfico das Polícias Políticas. A autora destaca a característica híbrida do acervo, apontando que nele são encontradas, lado a lado, imagens produzidas com o intuito de reconstituição policial ou espionagem e material apreendido em batidas policiais.

No caso das apreensões, as muitas investidas na sede do Partido Comunista Brasileiro permitiram à Polícia constituir um acervo razoável da trajetória do PCB e, ironicamente, tornou-se sua maior guardião. Mergulhar nesse acervo é extrair a visão da Polícia do que representava para ela seu maior fantasma: “o perigo vermelho”. (Bastos, 2010b, p. 31).

Posso dizer que no trabalho de pesquisa para o projeto de consultoria, vi-me diante de questões e dilemas de natureza semelhante ao lidar com esse tipo de materiais e acervos. Durante a visita de vistoria ao prédio, acompanhando as equipes do Inepac, com o objetivo de identificar o estado de conservação do imóvel e a existência de espaços que deveriam ser preservados para in-

tegrar o percurso expositivo, deparei-me com a sala usada pelos investigadores e outros agentes de repressão para a produção de seus dossiês. Reconheci o espaço por conta da foto publicada no livro *A Contradita* (2013), organizado por Leila Menezes Duarte e Paulo Roberto Pinto de Araújo, e editado pelo Aperj, na qual podemos ver os agentes trabalhando numa grande sala com paredes revestidas de prateleiras e escaninhos. Essa e outras fotos encontradas na pesquisa que fiz nos jornais e revistas de época são das poucas imagens que mostram os usos dos espaços internos do prédio.

Figura 5 – Foto de uma das salas do prédio do Dops onde pode-se ver parte do trabalho dos investigadores descrito no livro *A contradita*



Fonte: Duarte; Araujo, 2013, p. 86-87.

Figura 6 – Conjunto de fotos de uma das salas do prédio do Dops, retiradas durante a vistoria realizada pela equipe do INEPAC e a consultoria em 2016, na qual identificamos a parede com os escaninhos da imagem anterior



Fonte: Arquivos do Coletivo do Movimento Ocupa Dops.

O conhecimento sobre as rotinas e práticas dos agentes, de alguma forma, podem ser apreendidos na análise dos documentos produzidos por eles, mas foi através do depoimento e de entrevistas realizadas com alguns destes agentes (Duarte; Araújo, 2013), das conversas com os presos políticos e advogados que os defenderam, que de fato conseguimos entender a complexidade dessas rotinas e reconstituir parte da dinâmica e dos processos

invisibilizados na historiografia oficial. Chamou atenção na visita técnica o estado de deterioração do prédio e os escombros das antigas áreas de trabalho, com suas prateleiras, escaninhos e arquivos de ferro desmontados, jogados e amontoados no chão e pelos cantos da sala. Esses arquivos, mesmo vazios e sem os documentos que guardavam, são objetos impressionantes, pois, além das inscrições que possuem em suas gavetas e paredes, nos fazem pensar sobre a materialidade dos processos e práticas que os geraram e refletir sobre as transformações nos suportes de produção, guarda e compartilhamento de dados e informações.

Considerações finais em permanente reelaboração

Como parte das considerações finais, observo, antes de mais nada, que, embora o trabalho de consultoria não se caracterize como uma pesquisa acadêmica *stricto sensu*, a participação nas três edições do GT Coleções, Colecionadores e Práticas de Representação me permitiram elaborar, em termos conceituais, tanto os desafios do processo de pesquisa para a obtenção de dados e informações para estruturação do projeto, quanto os desafios postos pela relação com os diversos agentes, grupos e instituições envolvidos nas ações de transformação do prédio do antigo Dops no Memorial dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro.

Ao longo do trabalho, deparei-me também com questões importantes para a antropologia, no que se refere aos sistemas e categorias de classificação, às rotinas de produção e reprodução cultural, aos processos e práticas institucionais empreendidas

pelos órgãos de repressão social e política que funcionaram no prédio do antigo Dops. Numa perspectiva mais ampla, estas questões apontaram para articulações mais complexas entre as políticas de memória e esquecimento e os processos de formação do Estado Nacional.

Importante ressaltar que os órgãos de Polícia Política que operaram, ao longo do século XX, no prédio situado na Rua da Relação 40, produziram um enorme conjunto de documentos. Criados inicialmente para dar suporte às ações e práticas policiais de controle social e repressão política, mantidos em espaços reservados para uso corporativo, longe do público e de difícil acesso, estes “documentos” revelam-se não apenas de grande valor histórico, mas também *locus* privilegiado para a pesquisa etnográfica, pois nos permitiram investigar não só as rotinas, mas também as ideias e valores que estruturaram estas instituições e suas práticas.

Tendo permanecido invisíveis por mais de meio século, como grande parte dos grupos e indivíduos que os produziram e aos quais se referem, esses “documentos” e as práticas que os produziram, além de importantes artefatos históricos, encontram-se, hoje, no centro de complexos processos de representação e disputa. A situação que vivemos no país desde 2016, com o *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef, o processo eleitoral de 2018 e o atual governo (2018-2022), nos fazem pensar que estes processos que tínhamos por encerrados encontram-se mais vivos do que podíamos supor.

A pesquisa sobre o ciclo de produção, guarda e uso destes materiais apontou para uma série de práticas e contextos de ar-

ticulação dos “documentos” e das informações neles contidas: dos usos originais feitos pelos órgãos de Polícia Política aos usos históricos, documentais e arquivísticos quando de sua transferência para o Aperj no final dos anos 1980, sua digitalização e consagração internacional quando de sua inscrição no Projeto Memória do Mundo da Unesco, e à proposta de inserção nos espaços expositivos do futuro Museu dos Direitos Humanos e sua centralidade como prova nos processos de reparação iniciados em meados dos anos 1990. Até desdobramentos mais recentes como elementos centrais e testemunho dos arbítrios cometidos pelos órgãos do Estado brasileiro durante a ditadura militar investigados pela Comissões da Verdade e ainda objeto controverso das Leis de Acesso à Informação e o uso político do conteúdo destes documentos feitos com finalidades escusas.

Este trabalho me fez refletir ainda que o prédio, os documentos e arquivos produzidos pelas unidades de polícia política podem servir de base para compreendermos outras dimensões dos processos de construção da nação, nem sempre evidentes nos estudos sobre identidade nacional consagrados no campo do patrimônio cultural. Diferentemente dos casos que estamos mais acostumados a analisar, como o dos museus, do patrimônio e da identidade nacional, celebrados através da produção artística e das políticas culturais oficiais, instâncias estas constituídas pela promoção de certos aspectos e traços culturais eleitos por intelectuais, artistas e agentes do Estado como emblemáticos da nossa identidade, aspectos estes que chamo aqui provisoriamente de “identidade positivada”, podem ser compreendidos como

um contraponto a tudo aquilo que estava sendo negado e combatido por outras instituições dentro do Estado.

Os espaços e o conjunto de documentos e arquivos produzidos pelos órgãos de repressão e pelas polícias políticas nos permitem observar uma outra face dos processos simbólicos de criação da nação, através das práticas e expedientes policiais responsáveis pela produção e identificação dos chamados “inimigos da pátria”, dos “comunistas”, dos “subversivos”, dos “terroristas”, de todos aqueles que, envolvidos em lutas sociais e políticas, foram vistos como ameaça ao sistema vigente, ao “regime”, à “nação”, à “pátria”. Em suma, de tudo aquilo, e contra todos aqueles, que, por oposição à nação se estruturou, processos nos quais podemos ver a construção e consolidação de estigmas e a negação de diversas identidades sociais.

Ao observar o tamanho e a complexidade do aparato estatal voltado para a repressão social e política, podemos compreender a importância dessas lutas e movimentos em nossa história. Desse modo, embora nunca tenham sido promovidas e/ou valorizadas na historiografia oficial, elas surgem como elemento central para a compreensão da sociedade em que vivemos.

Além disso, podemos entender estas práticas no sentido foucaultiano, como complexas tecnologias de governo (Foucault, 1987, 1999, 2005, 2008), de invenção de segmentos sociais específicos por dispositivos que se estatizam e se institucionalizam ao longo do tempo. Como indica o autor, em muitos de seus textos, os processos de subjetivação e o manejo das populações são ferramentas conceituais importantes para compreender as ações

do Estado e sua constituição. Trata-se de processos que podem ser observados tanto na estrutura e funcionamento do prédio quanto nas práticas e dinâmicas de produção dos documentos e registros das atividades policiais em questão. Como nos faz lembrar ainda Bourdieu (2014), o poder simbólico destas estruturas deve ser analisado como dimensão essencial do Estado e não como algo a parte deste.

Nos parece que chamar atenção para estes processos é ainda mais relevante no momento histórico em que vivemos, no qual a materialidade dos suportes de registro e controle, tais como os espaços institucionais edificadas — como o prédio da Rua da Relação nº 40 —, bem como arquivos físicos deixam de existir ao se fragmentar, digitalizar e virtualizar as atividades e os processos que marcam os órgãos de controle social.

O desaparecimento dos suportes e da base material que alicerçava a existência de diversas unidades de vigilância e controle social e político torna ainda mais complexo nosso esforço de perceber os instrumentos de controle e subordinação a que estamos submetidos na atualidade e como estes operam.

Assim, tomar os espaços do prédio e os documentos analisados como artefatos cultural e socialmente condicionados nos permite investigar as lógicas, valores e critérios que estruturam essas práticas e compreender as dinâmicas institucionais — como eram produzidos esses documentos e o que se produzia com eles, seu caráter de instrumento a criar identidades e realidades —, colocando em xeque nossas ideias mais comuns sobre coleções, colecionamento e práticas de representação da nação.

Referências

ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State. In: SHARMA, A.; GUPTA, A. (Eds.). *The Anthropology of the State: A reader*. MA, USA: Blackwell Publishing, 2006. p. 112-130.

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. O programa de reparações como eixo estruturante da Justiça de Transição no Brasil. In: REÁTEGUI, F. (org.). *Justiça de Transição: Manual para a América Latina*. Brasília;Nova Iorque: Ministério da Justiça; ICTJ, 2011. p. 473-516.

ALVES, Luiz Gustavo Guimarães Aguiar. “Liberte Nosso Sagrado”: as disputas de uma reparação histórica. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2446/projeto/Disserta%C3%A7%C3%A3o_LUIZ_GUSTAVO_GUIMAR%C3%83ES_AGUIAR_ALVES.pdf

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - APERJ. *DOPS: a lógica da desconfiança*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ, 1996.

BASTOS, Teresa. De algos a guardiã: fotografias da Polícia Política no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Resgate* (Unicamp), Campinas, v. 18, p. 67-86, 2010a.

BASTOS, Maria Teresa Ferreira. Imagens secretas: fotografias da Polícia Política no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 31-49, 2010b.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. Cursos no Collège de France (1989-1992). São Paulo: Companhia das Letras. 2014.

CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo Da Violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

CAPRI, Lucia; CAMPOS, Jessica Moura. Polícia, ciência e “higiene social”. In: APERJ. *DOPS: a lógica da desconfiança*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, APERJ, 1996. p. 28- 31.

CASTRO, Celso; CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Apresentação. Quando o campo é o arquivo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, jul./dez. 2005.

CEV- RIO. Rio de Janeiro (Estado) Comissão da Verdade do Rio. Relatório / Comissão Estadual da Verdade do Rio. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. *O Museu Mefistofélico e a distabuzação da magia: análise do tombamento do primeiro patrimônio etnográfico do Brasil*. São Luís: EDUFMA, 2009.

CUNHA, Daniele França Sampaio. *Memória e Imaginário da Repressão: prédio do DOPS*. 2003. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *OMG da Cunha. Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 36, p. 7-32, 2005.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana* [online], v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004. Epub. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132004000200003>.

DUARTE, Leila Menezes; ARAUJO, Paulo Roberto Pinto de (org.). *A Contradita: Polícia política e comunismo no Brasil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/APERJ, 2013.

FABIAN, Johannes. On Recognizing Things. The “Ethnic Artefact” and the “Ethnographic Object”. *L’Homme*, EHESS, n. 170, p. 47-60, 2004. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40590211>.

FABIAN, Johannes. Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar. *Mana* [online], 2010, v. 16, n. 1, p. 59-73, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132010000100003>.

FICO, Carlos. Como eles agiam. *In: Os Subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 25-27.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.

FIGUEIREDO, Miriam Beatriz Collares; PEREIRA, Marcia Guerra; SARAMAGO, Ana; MOSCIARO, Maria Clara; REZNIK, Luis. O ‘Acervo DOPS’ – um projeto de tratamento documental. *In: APERJ. DOPS: a lógica da desconfiança*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, APERJ, 1996. p. 14-17.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 285-315

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. Petrópolis, SP: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAMA, Elizabeth Castelano. *Lugares de memória do povo de santo*: patrimônio cultural entre museus e terreiros. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13483>. Acesso em: 20 nov. 2021.

GARRO, Jorge Astorga. Projeto básico de restauração do prédio da Polícia Central – 1910 (projeto e obras emergenciais na cobertura e fachadas). Rio de Janeiro: CEC – Centro de Educação e Cultura Silvio Terra; Astorga Consultoria, Planejamento e Gerenciamento de Projetos Ltda, set. 2006. (Arquivos Inepac, p. 8).

INEPAC. *Relatório do Departamento de Bens Móveis e Integrados (DBMI)*. Rio de Janeiro: INEPAC, 6 jun. 2016.

INEPAC. “Antigo DOPS – Departamento de Ordem Política e Social”. Número do processo: E-18/300.071/87. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/270.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In: História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994. p. 535-549. LESSA, Pedro. O prédio do DOPS. *In: APERJ. DOPS: a lógica da desconfiança*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ, 1996. p. 11.

LESSA, Pedro. O Prédio do DOPS. *In: APERJ. DOPS: a lógica da desconfiança*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, APERJ, 1996. p. 10-13.

LISBOA, Rosalina Coelho....a seara de Caim. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952 *apud* XAVIER, Marília. Antecedentes institucionais de polícia política. *In: APERJ. DOPS: a lógica da desconfiança*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ, 1996.

MAGGIE, Yvonne. O arsenal da macumba. *Revista de História*, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://raizafricana.wordpress.com/2009/12/16/o-arsenal-da-macumba-por-yvonne-maggie/>. Acesso em: 2 jan. 2021.

MAGGIE, Yvonne; MONTE-MÓR, Patrícia; CONTINS, Marcia. *Arte ou magia negra?* Rio de Janeiro: Funarte, 1979. (Mimeo).

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Ser. v. 2, jan./dez. 1994. p. 9-42.

MITCHEL, Timothy. Society, Economy and the State Effect. In: SHARMA, A.; GUPTA, A. (Eds.). *The Anthropology of the State: a reader*. MA, USA: Blackwell Publishing, 2006. p. 169-186.

NOVAES, Regina; CARA, Daniel. Jovens como sujeitos de Direitos: novas interrogações. In: RIFIOTIS, T.; RODRIGUES, T. H. (org.). *Educação em Direitos Humanos: discursos críticos e temas contemporâneos*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008

PEDREIRA, Waldecy Catharina Magalhães. O recolhimento dos arquivos das Polícias Políticas do RJ. In: *DOPS: a lógica da desconfiança*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ, 1996. p. 18-21.

PEREIRA, Pamela de Oliveira. *Novos olhares sobre a coleção de objetos sagrados afrobrasileiros sob a guarda do museu da polícia: da repressão à repatriação*. Dissertação 2017. (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Rio de Janeiro, 2017.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. *A Lista negra dos Livros Vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela Polícia Política no Rio de Janeiro*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, Marcia Guerra; FIGUEIREO, Miriam Beatriz Collares; REZNIK, Luis. A Reconstituição do acervo. In: APERJ. *DOPS: a lógica da desconfiança*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, APERJ, 1996. p. 22-27.

PEREIRA, Marcia Guerra; FIGUEIREO, Miriam Beatriz Collares; REZNIK, Luis. Recolhimento do acervo das polícias políticas do Rio de Janeiro. In: APERJ.

DOPS: a lógica da desconfiança. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, APERJ, 1996. p. 18-21.

PEREIRA, Marcia Guerra; REZNIK, Luis. De Polícia Federal a Departamento Estadual: O DOPS evolução administrativa - 1955 a 1983. In: APERJ. DOPS: a lógica da desconfiança. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, APERJ, 1996. p. 42-45.

PINHEIRO, Paulo Sérgio de. Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922-1936. São Paulo: Companhia das Letras, 1922 *apud* XAVIER, Marília. Antecedentes institucionais de polícia política. APERJ. DOPS: a lógica da desconfiança. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ, 1996.

PRADAL, Fernanda; WESTHROP, Amy; ANSARI, Moniza Rizzini. 50 anos da ditadura no Brasil: Memórias e reflexões. *Revista Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, ano 33, n. 68, 2014.

PRADAL, Fernanda Ferreira. A “justiça de transição” no Brasil: o caso do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro. 2015. Projeto de qualificação. Tese (Doutorado) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PRADAL, Fernanda. Lutas de memórias e projetos na disputa pelo antigo departamento de ordem política e social (DOPS) do Rio de Janeiro. *Conserveries mémorielles* [Online], #20, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cm/2651>.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - PUC-RIO. Núcleo de Direitos Humanos. *Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro*: pesquisas e ferramentas para a não-repetição. Rio de Janeiro, 2015. p. 69. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/55422028/ndh-puc-politicas-publicas-de-memoria-para-o-estado-do-rj>. Acesso em: 27 mar. 2022.

REZNIK, Luiz. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

SAMET, Henrique. A Construção da Brasilidade Excludente. In: APERJ. DOPS: a lógica da desconfiança. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, APERJ, 1996. p. 46-54.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia*. Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002.

SANCHES, Monica. Museu da República no Rio recebe peças históricas de religiões afro-brasileiras apreendidas pela polícia há mais de 100 anos. Matéria publicada em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/21/museu-da-republica-no-rio-recebe-pecas-historicas-de-religioes-afro-brasileiras-apreendidas-pela-policia-ha-mais-de-100-anos.ghtml>. Rio de Janeiro, 21 / 09 / 2020.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SOMBRA, Luiz Henrique. Departamento Federal de Segurança Pública: Ruptura ou permanência? In: APERJ. *DOPS: a lógica da desconfiança*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, APERJ, 1996. p. 37-41.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Apresentação. Dossiê Fazendo Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 55, p. 559-564, 2012.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; MACEDO E CASTRO, J. P. Notas para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s). *Revista Antropológicas*, Recife, v. 26, n. 2, 2015. p. 17-54.

TEIXEIRA, Carla Costa; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão? In: DUARTE, L. F. D.; MARTINS, C. B. (org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 51-95.

THIESEN, Icléia. Documentos “sensíveis”, arquivos “sensíveis”: nem tesouros, nem miragens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/1099/THIESEN.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 jan. 2021.

VALENTE, Ana Lúcia. A propósito da Comissão de Direitos Humanos da ABA. In: NOVAES, R. (org.). *Direitos Humanos: temas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 29.

VERSIANI, Maria Helena. É nosso sagrado e é história: as lições de um acervo museológico. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 31.*, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628550847_ARQUIVO_3f44a8a72f6c85f9440dae47abb39753.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. *In: CASTILHO, S. R.; TEIXEIRA, C.; SOUZA LIMA, A. C. Antropologia das Práticas de Poder: Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

WENTZ, Babi. Acervo do Museu da República, no Catete, ganha peças de religiões afro. Matéria publicada em <https://diariodorio.com/museu-da-republica-tem-agora-em-seu-acervo-pecas-religiosas-afro/>. Rio de Janeiro, 3 / 07 / 2021.

XAVIER, Marília. Da polícia política. *In: APERJ. DOPS: a lógica da desconfiança.* 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ, 1996. p. 32-36.

XAVIER, Marília. Antecedentes institucionais de polícia política. *In: APERJ. DOPS: a lógica da desconfiança.* 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ, 1996. p. 32-36.